

POLÍTICA DE INTERIORIZAÇÃO E EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR: A IMPLANTAÇÃO DA UFERSA E DO IFRN EM PAU DOS FERROS/RN

Francisco João de Deus de Carvalho
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – joaodeus18@hotmail.com

Dr. Alcides Leão Santos Júnior
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – santosjunioralcides@gmail.com

Ma. Sidneia Maia de Oliveira Rêgo
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – sidneiam Maia@hotmail.com

RESUMO

Trata-se de uma pesquisa em andamento de cunho exploratório e descritivo com o objetivo de analisar o desempenho da política de interiorização e expansão do Ensino Superior Federal na cidade de Pau dos Ferros/RN, em termos de conceitos, expectativas e consequências. Toda política pública é resultado de decisões e permeada por disputas em torno de ideias e interesses. Além disso, há diversos atores envolvidos que disputam espaço na constituição de uma política, que possuem demandas diferentes, e que, no embate, muitas vezes procuram até mesmo o ajuste para que ela efetivamente se consolide. Há demandas do local e consequências para aqueles que serão afetados, bem como para o próprio espaço. Estudar o processo de barganha, criação e implementação das duas Instituições Federais de Ensino (IFE) que se instalaram na cidade nos últimos seis anos envolve um conjunto de elementos a serem considerados, tendo em vista que é o propósito do seu surgimento e os resultados alcançados que definirão a política pública. As duas instituições surgiram a partir de uma política nacional de desenvolvimento e expansão do ensino superior. Portanto, são resultados da expansão considerável ocorrida na última década. O aumento do número de universidades, institutos e *campi* é visível em todas as regiões. Até mesmo cidades não tão populosas como Pau dos Ferros/RN ganharam *campi* federais. Percebe-se que os resultados já se concretizam com a instalação dos campi e a formação das primeiras turmas. A análise da política torna-se então extremamente necessária para gerar informações que alimentem o processo de formulação e aprimoramento de novas políticas.

Palavras-Chave: Políticas Públicas; Ensino Superior; IFE.

INTRODUÇÃO

O cenário socioeconômico atual elevou o conhecimento a um dos postos mais importantes e almejados na sociedade atual. Ele tem obrigado os sistemas educacionais, e a educação superior em particular, a se redefinirem. A evidência de que apenas 15 % da população entre 18 a 24 anos chegavam ao ensino superior, demonstrou a grande necessidade de investimentos neste nível educacional (TAKAHASHI; FISCHER, 2008).

Percebe-se que há, nos últimos anos, uma grande visibilidade sobre a área de políticas públicas. Sendo assim, conhecer o que os governos fazem e, também, o que não

fazem vem despertando interesse de pesquisadores de várias áreas do conhecimento (SOUZA, 2003, 2006). No tocante às políticas públicas educacionais, na última década, do século XXI, visualizou-se uma expansão considerável no ensino superior público federal neste país. O aumento do número de universidades, institutos e *campi* é visível em todas as regiões até mesmo cidades não tão populosas como Pau dos Ferros – RN ganharam *campi* de instituições federais.

Para que essa expansão efetivamente ocorresse, políticas públicas foram desenhadas e implementadas. A saber, o processo conhecido com Expansão I (2003-2007) deu início à ampliação e descentralização das universidades pelo território nacional. Logo após foi formulado o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e a constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET). Passados mais de dez anos após o início da expansão, os resultados já se concretizam com a instalação dos *campi* e a formação das primeiras turmas. Sendo assim, a avaliação da política torna-se então extremamente necessária. Para tanto, é importante direcionar duas interrogações: quais os movimentos que tensionaram a implementação de políticas públicas educacionais no Brasil? Como estas políticas estão funcionando?

Para procurar responder a estes questionamentos encontramos em Schneider (2009, p. 318) que avaliar o desempenho de políticas públicas perpassa pela compreensão de que “o desempenho pode ser determinado em termos de conceitos indicados nominalmente na legislação pertinente ou nas diretrizes, ou em relação às expectativas da clientela, ou pela identificação das prováveis consequências, tanto positivas quanto negativas”. Assim sendo, podemos postular que toda política pública é resultado de uma decisão, e que é permeada por disputas em torno de ideias e interesses.

Há diversos atores envolvidos que disputam espaço na constituição de uma política, que possuem demandas diferentes, e que no embate, muitas vezes procuram até mesmo o ajuste para que ela efetivamente se consolide. Sabe-se, ainda, que existem demandas do local e consequências para aqueles que serão afetados e também para o próprio espaço social e geográfico. Sendo assim, o seu estudo envolve um conjunto de elementos a serem considerados, tendo em vista que é o propósito do seu surgimento e os resultados alcançados que definirão a política pública. Foi com fundamento nestes aspectos que objetivamos analisar a política de interiorização e expansão do Ensino Superior Federal na cidade de Pau dos Ferros/RN.

A expansão do ensino superior na cidade paufferrense deu-se principalmente a partir de 2003 quando o Campus da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) ampliou o número de cursos, passando a ofertar 07 (sete) cursos de graduação. Para analisar a trajetória desta instituição e as implicações de sua expansão para a cidade, alguns trabalhos já foram publicados (SOUSA; COSTA; BRABOSA JÚNIOR, 2012; DANTAS; CLEMENTINO, 2014; DANTAS; CLEMENTINO; FRANÇA, 2014). No entanto, percebe-se que a chegada da Universidade Federal Rural do Semi-árido (UFERSA) e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) mudanças são visíveis no cenário local. Enquanto resultados da política pública de expansão e interiorização do ensino superior federal, estas duas instituições ainda não foram suficientemente estudadas e avaliadas no que diz respeito aos resultados de sua implantação como parte de uma política. Sendo assim, vê-se assim a necessidade de investigar como ocorreu o processo de implantação e expansão destas duas novas instituições e analisar os resultados já alcançados neste início. Cremos que a avaliação é fundamental para gerar informações que alimentam o processo de formulação de políticas e, conseqüentemente, melhorar o desempenho do governo.

Como se trata de uma pesquisa em andamento, este artigo restringir-se-á a uma apresentação breve da chegada das duas instituições, bem como de sua situação atual. Serão evidenciadas algumas das demandas locais e não locais atendidas com a implantação das duas instituições federais de ensino no município de Pau dos Ferros/RN.

Além disso, os métodos e materiais aqui tratados se referem aos procedimentos que envolvem toda a pesquisa. Sendo assim, muitas etapas ainda não foram desenvolvidas. Portanto, também não constarão todos os resultados na discussão sobre a implantação dos dois *campi*.

MÉTODOS E MATERIAIS

Este estudo constituiu-se em uma pesquisa exploratória e ao mesmo tempo descritiva, no que diz respeito ao seu objetivo ou finalidade. O estudo exploratório é aquele realizado quando se tem pouco conhecimento acumulado e sistematizado e, portanto, não existem trabalhos produzidos onde se possam encontrar informações sobre a questão ou o problema (COLLIS; HUSSEY, 2005; VERGARA, 2007). O caráter exploratório deve-se à

falta de trabalhos anteriores que discuta de forma mais aprofundada os impactos, as peculiaridades e possibilidades advindas da implantação das duas instituições federais na cidade paufferrense.

A pesquisa descritiva, por sua vez, procura descrever o comportamento ou características dos fenômenos, tentando obter informações sobre o problema ou questão levantada (COLLIS; HUSSEY, 2005; VERGARA, 2007). Para o alcance do objetivo, faz-se necessário um apanhado histórico da criação e implantação das duas instituições na cidade, descrevendo os embates e discussões travados entre os agentes interessados pela instalação.

Quanto aos métodos será uma pesquisa mista. Creswell et al (2003 apud GRAY, 2012, p. 166) definiu este paradigma como “a coleta ou a análise de dados quantitativos e qualitativos em um único estudo, no qual os dados são coletados de forma concomitante ou sequencial, recebem prioridade e envolvem a integração de dados em uma ou mais etapas no processo de pesquisa”. A adoção deste método dar-se-á em função de dois aspectos: 1) quanto ao tipo de procedimento de coleta de dados serão adotadas tanto a pesquisa de levantamento (quantitativo), quanto à análise documental (qualitativo) e a entrevista semiestruturada (qualitativo); 2) quanto ao tipo de análise de dados, será utilizada tanto a estatística descritiva (quantitativa), como também a análise de conteúdo (qualitativa).

Para fins desta investigação, serão tomadas como base apenas os *campi* de duas instituições, UFERSA e IFRN, localizados na cidade de Pau dos Ferros/RN. Serão analisados os documentos de criação dos *campi*, bem como textos de valor histórico que abordem a criação e instalação e ainda relatos dos atores envolvidos neste processo.

A coleta de dados será feita através de levantamento, análise documental e de entrevista semiestruturada, permitindo a triangulação e a complementaridade dos dados. Enquanto que o levantamento é uma técnica tradicionalmente quantitativa, as outras duas possuem viés qualitativo, reforçando ainda mais a afirmação do caráter misto deste estudo.

O tratamento e a análise dos dados serão realizados tanto através de uma estatística descritiva, como também não estatisticamente. Além disso, será utilizada a análise de conteúdo, uma das técnicas mais utilizadas para realizar a análise de textos obtidos por meio das entrevistas.

POLÍTICAS PÚBLICAS E ENSINO SUPERIOR

Nas últimas décadas, a área de políticas públicas vem ganhando visibilidade dentro dos estudos não apenas da ciência política, mas várias áreas do conhecimento vêm realizando pesquisas sobre a ação e a não-ação dos governos. Esse destaque deu-se em virtude de três fatores principais: o primeiro foi à adoção das políticas restritivas de gastos, que passaram a dominar o conjunto de compromissos da maioria dos governos, principalmente nos países em desenvolvimento. O segundo fator está relacionado à substituição de novas concepções sobre o papel dos governos e das políticas keynesianas, que predominaram no período pós-guerra, por políticas voltadas para o ajuste fiscal. Isso implicou a adoção de orçamentos equilibrados entre receitas e despesas, e também restringiu a intervenção do Estado na economia e nas políticas sociais. E por fim, o terceiro está ligado aos problemas, encontrados principalmente nos países em desenvolvimento, para formular políticas públicas que pudessem impulsionar o desenvolvimento econômico e diminuir as desigualdades sociais (SOUZA, 2003, 2006).

De uma maneira simples, poderíamos dizer que estudar políticas públicas é pesquisar o que o governo faz. No entanto, de acordo com Dye (1984 apud SOUZA, 2003) a omissão ou *o não fazer* também devem ser entendidas como políticas, já que a não ação também é uma opção ou uma orientação dos seus formuladores. Mead (1995 apud SOUZA, 2003) entende a área como “um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas”. Lynn (1980 apud SOUZA, 2003) “define como um conjunto específico de ações do governo que irão produzir efeitos específicos”. Para Peter (1986 apud SOUZA, 2003) é a soma de todas as atividades dos governos que podem agir diretamente ou por meio de delegação, e que irá influenciar a vida dos cidadãos. Mas o conceito mais aceito é o de Laswell. Ele defende que “decisões e análises sobre a política pública implica responder: quem ganha o quê, por que e que diferença faz” (LASWELL, 1936/1958 apud SOUZA, 2003, p. 12-13). Trata, na verdade, de uma área voltada principalmente para a ação do seu principal ente formulador: o governo. No entanto, é também resultado de um conjunto de fatores, de ideias, de debates entre os agentes que influenciam nos processos de formulação, implementação e avaliação. E seu conceito não se restringe apenas ao ato de elaboração, mas, principalmente, está ligado à função e/ou finalidade, ou seja, o propósito de seu surgimento e os resultados alcançados é que definirão realmente uma política pública.

De uma forma geral, todas as definições assumem uma visão holística do tema. Ou seja, há o entendimento de que o conjunto de partes que compõe a área de políticas públicas interage sinergicamente, com o propósito de se chegar a um fim. Essa finalidade pode envolver aspectos como responder aos anseios da sociedade, ampliar, reforçar ou até mesmo colocar em prática os direitos dos demandantes, promover o desenvolvimento, e ainda regular os conflitos entre os vários atores sociais. Estuda-se, portanto, a ação governamental envolvendo as condições do surgimento das políticas públicas, os meios de operacionalização, os agentes influenciadores e também os prováveis impactos ou resultados trazidos para a sociedade (TEIXEIRA, 2002; ARRETCHE, 2003; SOUZA, 2003, 2006).

Destaca-se que embora o Estado ainda tenha papel crucial na criação das políticas públicas, sua autonomia é permeável a influências internas e externas (TEIXEIRA, 2002; SOUZA, 2003, 2006). Essa questão do papel do Estado na definição e implementação de políticas públicas divide os estudiosos em quatro visões diferentes. Os adeptos do pluralismo defendem a predominância da influência dos grupos de interesse sobre o Estado. Os elitistas, por sua vez, veem os detentores do poder como os principais e maiores beneficiários das políticas formuladas pelos governos. Aproxima-se dessa ideia a concepção estruturalista e funcionalista que acredita no atendimento desigual das políticas, atendendo apenas aos interesses de determinadas classes sociais. No entanto, as sociedades e Estados mais complexos aproximam-se da ideia de que existe uma relativa autonomia do Estado, permitindo a ele um espaço próprio de atuação, mas é permeável por influências tanto de dentro como de fora do governo (SOUZA, 2003).

No que tange ao processo educacional a falta de uma visão sistêmica, no que diz respeito à formulação e implementação de políticas públicas voltadas para a educação no Brasil, gerou o que Lima (2013) classificou como ações pontualizadas ou paliativas. Analisando especificamente o ensino superior, historicamente a educação apresentou-se como excludente, e as políticas desenvolvidas foram voltadas, quase que exclusivamente, para amenizar situações de forma temporária, atendendo a segmentos específicos da população (TEIXEIRA, 2002).

No entanto, nos últimos anos, políticas voltadas para a democratização do acesso, reestruturação das universidades federais, interiorização, entre outras, estariam mudando essa realidade. Weska et al. (2012) afirma que a expansão que ocorreu nos últimos dez anos, e que ainda continua acontecendo, foi uma das maiores políticas públicas

desenvolvidas pelo governo brasileiro. Sendo assim, podemos inferir que a atual configuração de expansão e democratização do ensino superior no Brasil destacada anteriormente não é resultado unicamente da pauta de governo dos últimos onze (11) anos. Mas, elementos oriundos da década de 1990 contribuíram fortemente para a constituição das políticas públicas atuais. Os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2002) e de Luís Inácio Lula da Silva (2003 - 2010) não construíram suas ações de forma isolada. Percebe-se que o processo de mundialização da economia, da cultura, da política e de vários outros aspectos, de certa forma, condicionou o papel do governo diante das questões da educação superior no Brasil (LIMA, 2013; SEVERINO, 2009).

A influência marcante da nova organização do trabalho em nível mundial, através de organismos multilaterais, dentre eles o Banco Mundial, impregnaram as políticas públicas em todos os setores, inclusive na educação, do caráter neoliberal. Defendia-se fortemente que o ensino superior, por suas características competitivas, negociáveis e optativas, seria antes de público, muito mais um bem privado. Outras *teses* como o maior retorno social e individual dos investimentos na educação básica em detrimento dos investimentos em educação superior, e a superioridade da universidade do ensino sobre a universidade da pesquisa, marcaram o ideário e as recomendações desses organismos. O resultado disso foi a expulsão da educação superior para a berlinda no final do século XX (LIMA, 2013; SGUISSARDI, 2006).

A Declaração de Bolonha, de 19 de junho de 1999, foi assinada por vários ministros de educação das nações europeias. Em seu texto, percebe-se essa ideia de consolidar um modelo de ensino superior, pautado pela competitividade, e pela sua finalidade econômica. Destaca que a criação do espaço europeu de ensino superior seria “a chave para promover a mobilidade e a empregabilidade dos cidadãos, para além do desenvolvimento geral de todo o continente” (DECLARAÇÃO..., 1999). Além disso, merece atenção também a Conferência Mundial sobre o Ensino Superior, realizada em 2009, na qual se observaram as ideias de expansão do acesso, autonomia das universidades, o incentivo a participação do setor privado nesta etapa da educação, a afirmação da necessidade das parcerias público-privadas e do financiamento da educação superior. (UNESCO, 2009).

As leituras feitas a partir dessas recomendações ampararam as políticas que foram desenvolvidas para o ensino superior nestas duas últimas décadas. No entanto, é importante destacar que apesar da continuidade observada entre os últimos governos no Brasil (1995-2002 e 2003-2010), é inegável a expansão ocorrida após o ano de 2003, ainda que não se

tenha atingido a verdadeira universalização e democratização desejada (SGUISSARDI, 2006).

Historicamente, o ensino superior brasileiro surgiu excludente. Inicialmente, atendia aos interesses de uma minoria privilegiada, em geral, filhos de novos burgueses aliados da coroa portuguesa. Lima e Fraga (2011) afirmam que em 1889 não havia mais de 24 escolas de formação profissional, todas de iniciativa da coroa e independentes da Igreja, com cerca de 10 mil estudantes. A partir da Constituição de 1891, a iniciativa privada entrou em cena, multiplicando a oferta de vagas. Entre 1889 e 1918, 56 novas escolas superiores surgiram, em sua maioria privadas. (FERREIRA, 2010; LIMA; FRAGA, 2011).

Os avanços aconteceram a passos lentos, através da criação de somente 18 universidades públicas e 10 particulares entre 1945 e 1960. Além disso, apesar do processo de interiorização ter iniciado ainda na década de 1950, somente a partir de 1990 essa expansão começou a ser mais expressiva, quando o número de universitários alcançou a casa de 1,5 milhão (FERREIRA, 2010; LIMA; FRAGA, 2011).

De acordo com Sguissardi (2006), no período Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) destacaram-se os seguintes aspectos no que diz respeito às políticas públicas voltadas para o ensino superior no Brasil: cobertura líquida de 7% do ensino superior à população da faixa etária entre 18 a 24 anos; aumento de 1.162 IES, concentrando-se principalmente nas faculdades (1.013); o Brasil alcançou o maior índice de privatização na América Latina, e ficou entre os cinco primeiros no *ranking* mundial de privatizações; concentração do ensino superior (IES privadas e pós-graduação) no Sudeste; decréscimo de 33% na porcentagem do PIB destinada às IFES, redução de 5% no corpo docente e de 21% no quadro de técnicos, além do quase congelamento salarial e uma redução de 51% no custo/aluno; várias tentativas de promover a autonomia financeira ao invés da autonomia da gestão financeira; adoção do “provão” como meio de avaliação da educação superior; entre outros.

Já no que diz respeito à gestão do governo posterior (Lula), de início percebe-se que houve continuidade, tendo em vista que os instrumentos legais e as medidas administrativas, incluídas as financeiras, no tocante à área universitária permaneceram na mesma linha. Mas cabe destacar a adoção de um novo sistema de avaliação, a recuperação dos montantes de recursos de custeio aos mesmos níveis de 1995 e uma pequena expansão das Instituições Federais de Educação. Entre algumas universidades criadas destacam-se as Universidades Federais do ABC, do Recôncavo da Bahia, do Triângulo Mineiro, da

Grande Dourados, de Alfenas, dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Tecnológica do Paraná, e Rural do Semiárido. (SGUISSARDI, 2006).

No entanto, a partir de 2007, vê-se uma realidade um pouco diferente, com o surgimento de três instrumentos muito importantes: a reestruturação e expansão das universidades (REUNI e o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES); democratização do acesso (Programa Universidade para Todos – PROUNI e Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior – FIES); avaliação e regulação (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES através do Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes – ENADE). (LIMA, 2013; SGUISSARDI, 2006). Além desses, cabe destacar ainda a instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, através da criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET), que, nos termos da Lei nº 11.892, são consideradas instituições que ofertam não apenas educação básica e profissional, mas também superior, equiparando-se às universidades federais. (BRASIL, 2008).

Para entender esse contexto, cabe lembrar que em 2001 foi instituído o Plano Nacional de Educação – PNE (Lei nº 10.172/2001), que estabelecia que, pelo menos, 30% dos jovens entre 18 e 24 anos deveriam estar inseridos no ensino superior até o final da década. No intuito de cumprir o que foi deliberado no PNE, em 2007 foi lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE (Decreto nº 6.094/2007). Este se constituiu como um primeiro mapeamento de ações a serem desenvolvidas no intuito de alcançar as metas estabelecidas. Para isso, expansão e democratização tornaram-se os seus pontos norteadores, considerando os seguintes princípios: expansão da oferta de vagas garantia de qualidade, promoção de inclusão social pela educação, ordenação territorial, e desenvolvimento econômico e social. (LIMA, 2013; MELLO et al., 2007).

Foi neste cenário que inicialmente ocorreu o processo conhecido como Expansão I (2003-2007) com a finalidade de interiorizar o ensino público federal, que até então contava com quarenta e cinco (45) universidades federais e 148 *campi* universitários (NEDER, 2013). Posteriormente, surgiu o REUNI – Decreto nº 6.096/2007, apresentando como objetivo “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.” (BRASIL, 2007). O programa apresentou ainda como meta global “a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de

graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano” (BRASIL, 2007). Como diretrizes, foram apontadas:

- I. redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
- II. ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;
- III. revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;
- IV. diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;
- V. ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil;
- VI. articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica; (BRASIL, 2007).

Esse novo programa facultava às universidades a adesão, sendo que àquelas que manifestassem o interesse, eram oferecidos recursos para reestruturação física e tecnológica, e para a contratação de docentes e técnicos. A contrapartida das instituições seriam apresentar 90% de conclusões nos cursos de graduação e a relação de 18 alunos por professor. Nessas condições, todas as universidades federais brasileiras fizeram a adesão ao REUNI (LIMA, 2013). Cabe destacar ainda que o documento de criação dos IFETs aponta como um de seus objetivos: ministrar em nível de educação superior cursos superiores de tecnologia, de licenciatura, de bacharelado e engenharia, de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, e de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado. (BRASIL, 2008).

Porém, para Lima e Fraga (2011) tudo isso não passou de políticas contencionistas e paliativas empacotadas sob a forma de PROUNI, REUNI, PDE, entre outras. No final das contas o acesso ainda se restringia aqueles privilegiados pela concessão do ingresso, ou por meio de ações afirmativas ou ações de financiamento estudantil. Severino (2009, p. 259) acrescenta que as políticas educacionais estão promovendo não apenas a mercantilização dos serviços educacionais, “mas pior ainda, a defesa, a impregnação de uma ideologia individualista, consumista e idealista”.

Não se pretende adentrar neste embate sobre o caráter da efetividade das políticas educacionais brasileiras sobre a universalização e democratização do ensino superior. No entanto, cabe destacar que o avanço é visível, conforme podemos verificar na Tabela 1.

Tabela 1 – Expansão do sistema federal de ensino superior, 2003 - 2012.

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Evolução
IFES	83	87	97	105	106	93	94	99	103	103	24,1%
Vagas - graduação presencial	121455	123959	127334	144445	155040	169502	210236	248534	270121	283445	133,4%
Matrículas – graduação presencial	567101	574584	579587	589821	615542	643101	752847	833934	927086	985202	73,7%
Docentes*	52106	54439	56565	58078	63302	66122	77574	83443	90388	95615	83,5%
TAE's *	62928	63035	63779	65581	69301	69625	96786	100683	109994	115751	83,9%
Orçamento das univ. federais**	6,4	7,7	9,0	10,5	11,7	13,3	16,8	20,7	23,7	25,9	-
Recursos orçamentários do PNAES ***	-	-	-	-	-	126	200	295	395	504	-

* em exercício e afastados.

**valor corrente em R\$ bilhões.

*** em R\$ milhões.

Fonte: Carvalho (2014) com base em Weska et al (2012) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2014).

Enfim, as mudanças que ocorreram nas últimas décadas no mundo do trabalho colocam às instituições educacionais o desafio de alterarem aspectos referentes às suas finalidades, políticas e estruturas (NEDER, 2013). A educação superior no Brasil é uma das faces que necessitam de tais alterações, já que “carrega a enorme responsabilidade de contribuir, de forma decisiva, para um novo projeto de desenvolvimento nacional que compatibilize crescimento sustentável com equidade e justiça social.” (BRASIL, 2006).

IMPLANTAÇÃO DA UFERSA E DO IFRN EM PAU DOS FERROS/RN

A UFERSA nasceu oficialmente em 2005, resultado da transformação da antiga Escola Superior de Agricultura de Mossoró (ESAM) em universidade. O seu surgimento, enquanto instituição voltada para as necessidades de crescimento e sustentabilidade na região do semiárido brasileiro representou, nas palavras do Senador Garibaldi Alves Filho, relator do projeto, “uma verdadeira revolução no que toca ao enfrentamento dos problemas do semiárido”. A instituição nasceu com o compromisso sobre a formação de profissionais que possam disputar os postos de trabalho que estão surgindo na região. (UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMIÁRIDO, 2005).

Inserida no semiárido nordestino, a Universidade cresceu muito nos últimos 10 anos, e não apenas no Câmpus Central em Mossoró. Mas, em 2007 quando entrou em vigor o REUNI, a expansão territorial possibilitou a criação de três campi: Angicos, Caraúbas e Pau dos Ferros; além disso, já se encontra em andamento os procedimentos para criação do Câmpus de Assú.

O Câmpus de Pau dos Ferros foi idealizado desde 2007. Mas somente em 2009 recebeu, através de doação, uma área de terra com 1.165,52m de perímetro, situada à margem esquerda da RN 117 para sua construção. (PAU DOS FERROS, 2009).

Para conseguir este feito uma comissão composta por vários órgãos, entre eles a Câmara Municipal de Vereadores e a Prefeitura Municipal de Pau dos Ferros, o *Campus* Avançado Professora Maria Elisa de Albuquerque Maia (CAMEAM/UERN), o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), entre outros, elaboraram uma exposição de motivos no ano de 2009, para subsidiar e conseguir esforços para a concretização do Câmpus. Entre os principais argumentos levantados no documento, destaca-se a afirmação da quase inacessibilidade da população da região do Alto Oeste à formação profissional, inviabilizando, dessa forma, o desenvolvimento da região.

A comissão supracitada destacou a importância do município pauferrrense como cidade-polo não apenas da região norte-rio-grandense onde está inserida, mas que possui influência também, em termos educacionais, sobre outras dezenas de municípios localizados em 12 microrregiões geográficas do Rio Grande do Norte (RN), Paraíba (PB) e Ceará (CE). Além disso, destacaram, também, projetos hídricos, de desenvolvimento rural e de fomento ao desenvolvimento à agricultura familiar, que demandariam mão de obra capacitada. Outros fatores como a situação de pobreza da região e falta de formação para profissionais na área rural, o baixo índice de acesso ao ensino superior, entre outros, também foram apresentados para fundamentar o pedido junto aos parlamentares.

A luta para a pactuação conseguiu assim o auxílio de vários deputados federais, que de início alocaram R\$ 22 milhões, oriundos das Emendas de Bancada do Orçamento Geral da União (exercício de 2010) para a expansão da instituição, especificamente para a microrregião do Alto Oeste Potiguar, viabilizando, dessa forma, a ampliação do ensino superior federal nesta região do semiárido.

Somente no ano de 2012 a UFERSA iniciou suas atividades em Pau dos Ferros. As turmas do Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia (BCT) iniciaram

primeiramente em algumas salas emprestadas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), e somente no semestre 2013.1 passaram para a sede do Câmpus. Os demais cursos aprovados para o Câmpus terão seus primeiros alunos ingressando no início de 2016, no semestre 2015.2.

O Câmpus conta hoje com 729 alunos matriculados no BCT, e a cada ano ingressarão 400 estudantes nos seguintes cursos: BCT, com terminalidades em Engenharia Civil e Engenharia Ambiental e Sanitária; Bacharelado Interdisciplinar em Tecnologia da Informação (BTI), com terminalidades em Engenharia da Computação e Engenharia de *Software*; e Arquitetura e Urbanismo. (UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMIÁRIDO, 2014). Além disso, possui em seu quadro funcional 104 servidores, sendo 43 técnicos administrativos em educação e 61 docentes, e mais 27 trabalhadores terceirizados distribuídos em serviços de vigilância, conservação, limpeza, entre outros.

O processo de implantação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) em Pau dos Ferros foi diferente da implantação da UFERSA. Isto porque o governo federal nos seus planos de Expansão I, II e III já se propunha a expandir o ensino técnico no país. Sendo assim, os recursos já estavam garantidos, diferentemente da UFERSA que teve de travar uma luta para conseguir recursos de emenda parlamentar, entre outros embates. (PAIVA, 2015).

Além disso, para o próprio governo federal, Pau dos Ferros estava incluída na lista das cidades consideradas cidades-polo de sua região. Porém, ainda assim, foi necessária a organização de uma comissão para elaboração do projeto, sendo o mesmo aprovado em primeiro lugar dentre as propostas do Rio Grande do Norte. (PAIVA, 2015).

No ano de 2009, foi inaugurado o IFRN em Pau dos Ferros, inicialmente com três cursos: Técnico de Informática, Técnico de Alimentos e Licenciatura em Química. A escolha dos cursos levou em consideração a vocação produtiva na região. Mais tarde, surgiram o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e o Técnico em Apicultura. Sendo assim, levando-se em consideração que os cursos técnicos são oferecidos de três formas, integrado, integrado (EJA) e subsequente, percebe-se que o Câmpus conta hoje com onze cursos. Além destes são disponibilizados cursos de corte e costura, apicultura e beneficiamento de frutas, através do projeto de extensão “Mulheres Mil” que atende a 100 mulheres de baixa renda da região. Conta atualmente com 60 docentes e 45 técnicos-administrativos, e possui cerca de 800 alunos. Em virtude da polarização de Pau dos Ferros, os alunos são provenientes de vários municípios.

Atualmente os alunos são oriundos de 39 municípios, com concentração maior no Alto Oeste Potiguar, mas também do Ceará e da Paraíba (PAIVA, 2015; INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2015).

CONSIDERAÇÕES

Apesar da existência a quase quarenta anos da UERN, na cidade de Pau dos Ferros, e da sua expansão ocorrida em 2004 com o aumento do número de cursos de graduação, percebemos que a chegada de mais duas instituições, uma voltada principalmente para o ensino técnico federal e outra para o ensino superior federal, provocou novas mudanças no município, como também para a região, acelerando o crescimento da cidade e da influência sobre sua área de polarização.

No tocante principalmente à cidade percebe-se o grande aumento de alunos e profissionais vindos de várias regiões do país para residir em Pau dos Ferros. Conseqüentemente, a malha urbana tende a crescer, principalmente, em direção aos bairros onde estas instituições se estabeleceram. Além disso, há uma injeção, também, no setor imobiliário e demais serviços como restaurantes, hotelaria, transportes, supermercados, entre outros.

Quanto à região, é possível destacar a importância da existência de três instituições de educação que oferecem ensino técnico e superior, em nível de graduação e pós-graduação¹. Promove-se, assim, uma ampliação do acesso ao ensino profissionalizante e ao superior para os alunos, egressos da educação básica, de mais de 50 municípios que estão ao redor de Pau dos Ferros, bem como também de regiões mais distantes.

Por fim, é importante destacar que há grandes expectativas no tocante às duas instituições estudadas neste trabalho. Espera-se que os objetivos propostos tanto no documento-base do REUNI como no de criação dos IFETs possam ser atingidos, garantindo a redução da evasão, maior acesso, mobilidade estudantil, atualização curricular, maior articulação entre graduação, pós e educação básica, entre outros propostos. Além disso, almeja-se ainda o fortalecimento e desenvolvimento da região. São

¹ Até o momento, a UERN é a única que oferece pós-graduação em nível de mestrado (4) e doutorado (1).

pontos que deverão ser analisados ao longo da pesquisa e que servirão de base para melhorias nas políticas das instituições.

REFERÊNCIAS

ARRETCHE, Marta. Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 07-09, fev. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15981.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2013.

BRASIL. Projeto de Lei 7.200/2006 – Lei da Reforma Universitária. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/402692.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2014.

_____. Decreto nº 6.096, de 24 de Abril de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 14 mar. 2014.

_____. Lei 11.892, de 29 de Dezembro de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm>. Acesso em: 11 nov. 2015.

CARVALHO, F. J. D. Organização aprendente e aprendizagem organizacional: o caso da UFERSA/*Campus* Pau dos Ferros. 2014, 123 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Administração) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros, 2014.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em administração**: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. Tradução de Lúcia Simonini. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

DANTAS, J. R. Q.; CLEMENTINO, M. L. M. A expansão do ensino superior e as cidades médias: um estudo sobre a atuação da UERN/Câmpus de Pau dos Ferros (RN). **Revista Política e Planejamento Regional**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 227-236, jul./dez. 2014. Disponível em: <[http://www.revistappr.com.br/artigos/publicados/A-expansao-do-ensino-superior-e-as-cidades-medias-um-estudo-sobre-a-atuacao-da-UERNCampus-de-Pau-dos-Ferros-\(RN\).pdf](http://www.revistappr.com.br/artigos/publicados/A-expansao-do-ensino-superior-e-as-cidades-medias-um-estudo-sobre-a-atuacao-da-UERNCampus-de-Pau-dos-Ferros-(RN).pdf)>. Acesso em: 01 out. 2015.

DANTAS, J. R. Q.; CLEMENTINO, M. L. M.; FRANÇA, R. S. A cidade média interiorizada: Pau dos Ferros no desenvolvimento regional. Seminário da Red Iberoamericana de Investigadores sobre Globalización y Territorio, 13. Salvador, set. 2014. Disponível em: <http://www.rii.sei.ba.gov.br/anais_xiii/gt6/GT6_JOSENEY.pdf>. Acesso em: 01 out. 2015.

DECLARAÇÃO conjunta dos Ministros da Educação europeus reunidos em Bolonha a 19 de junho de 1999. Disponível em: <http://paco.ua.pt/common/bin/Bolonha/Bolonha_Declaracao%20de%20Bolonha.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2014.

FERREIRA, T. Expansão para o interior: governo inicia processo de descentralização do ensino superior. **Desafios do desenvolvimento**. Ano 7, ed. 58, 26 fev. 2010. Disponível em:

<http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1541:catid%3D28&Itemid=23>. Acesso em: 13 mar. 2014.

GRAY, D. E. **Pesquisa no mundo real**. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Revisão Técnica de Dirceu da Silva. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. Disponível em: <<http://portal.ifrn.edu.br/campus/paudosferros/institucional/historico.html>>. Acesso em: 12 nov. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopses estatísticas da educação superior – graduação. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>. Acesso em 23 jun. 2014.

LIMA, P. G.; FRAGA, A. Universidade pública brasileira: por um espaço da não exclusão e da democratização do acesso. **Quaestio**, Sorocaba, SP, v. 13, p. 147-174, maio. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php?journal=quaestio&page=article&op=view&path%5B%5D=213&path%5B%5D=215>>. Acesso em: 11 mar. 2014.

LIMA, P. G. Políticas de Educação Superior no Brasil na primeira década do século XXI: alguns cenários e leituras. **Avaliação**, Campinas, Sorocaba, SP, v. 18, n. 1, p. 85-105, mar. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v18n1/06.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2014.

MELLO, A. B. F. de et al. Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: diretrizes gerais. Ago. 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2014.

NEDER, M. L. C. A expansão das universidades federais: avanços, desafios e expectativas. **Revista Princípios**. Disponível em: <<http://www.revistaprincipios.com.br/principios/34-noticias/318-a-expansao-das-universidades-federais-avancos-desafios-e-expectativas.html>>. Acesso em: 13 mar. 2014.

PAIVA, R. S. Expansão da rede de ensino técnico e superior no estado do Rio Grande do Norte. 2015, 181 fls. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

PAU DOS FERROS. Cartório Jales. 1º Ofício – Registro de imóveis e anexos. **Escritura Pública de Doação**. Livro 58, Folha 125/125-v. 08 jun. 2009.

SCHNEIDER, A. L. Pesquisa avaliativa e melhoria da decisão política: evolução histórica e guia prático. In: HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco. Políticas públicas

e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009, p.311-328.

SEVERINO, A. J. Expansão do ensino superior: contextos, desafios, possibilidades. **Avaliação**, Campinas, Sorocaba, SP, v. 14, n. 2, p. 253-266, jul. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v14n2/a02v14n2>>. Acesso em: 11 mar. 2014.

SGUISSARDI, V. Reforma universitária no Brasil – 1995-2006: precária trajetória e incerto futuro. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 96, p. 1021-1056, out. 2006. (Especial). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v27n96/a18v2796.pdf>. Acesso em 14 nov. 2013.

SOUZA, C. “Estado do campo” da pesquisa em políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 15-20, fev. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15983.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2013.

_____. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 16 dez. 2013.

SOUZA, G. S.; COSTA, R. L.; BARBOSA JÚNIOR, F. F. A argumentação em discursos sobre o ensino superior na UERN: sentidos que constituem o câmpus de Pau dos Ferros. **Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**. Ilhéus, n. 2, p. 63-75, maio 2012. Disponível em: <<http://www.uesc.br/revistas/eidea/revistas/revista2/06gilton.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2015.

TAKAHASHI, A. R. W.; FISCHER, A. L. Descortinando os processos de Aprendizagem Organizacional no desenvolvimento de competências em Instituições de Ensino Superior. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 32., 2008, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/evento.php?acao=trabalho&cod_edicao_subsecao=391&cod_evento_edicao=38&cod_edicao_trabalho=8973>. Acesso em: 27 fev. 2014.

TEIXEIRA, E. C. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Associação de Advogados Trabalhadores Rurais do Estado da Bahia, 2002. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMIÁRIDO. UFERSA oito anos, 2005. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=x7tBkkIWNg0>>. Acesso em: 18 nov. 2013.

_____. Reformulação de Pau dos Ferros inclui Arquitetura e outros três novos cursos. 19 dez. 2014. Disponível em: <<http://assecom.ufersa.edu.br/2014/12/19/reformulacao-de-pau-dos-ferros-inclui-arquitetura-e-outras-tres-novos-cursos/>>. Acesso em: 12 nov. 2015.

UNESCO. Conferência Mundial sobre Ensino Superior 2009: as novas dinâmicas do Ensino Superior e pesquisas para a mudança e o desenvolvimento social. 08 jul. 2009. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=1&ved=0CCkQFjAA&url=http%3A%2F%2Fportal.mec.gov.br%2Findex.php%3FItemid%3D%26gid%3D4512%26option%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download&ei=DYIwU5LUG47AkQf7hoDYBQ&usg=AFQjCNEMQmZWOZXTXt96TtKn03PNKslyRw>. Acesso em: 14 mar. 2014.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

WESKA, A. R. et al. Análise sobre a expansão das universidades federais – 2003 a 2012. Relatório da Comissão constituída pela Portaria n° 126/2012. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=1&ved=0CCkQFjAA&url=http%3A%2F%2Fportal.mec.gov.br%2Findex.php%3Foption%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download%26gid%3D12386%26Itemid%3D&ei=4YYwU9_YGNLokQfa4IDwBA&usg=AFQjCNGklNn43M3IX03P2SOmjmN1oOci0A>. Acesso em: 14 mar. 2014.